

Pandemia e cidadania em questão

Pandemic and citizenship in question

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues
Universidade de Pernambuco –UPE
Recife-Pernambuco-Brasil

Resumo

A crise mundial em função da pandemia do COVID-19 põe em questão a legitimidade da política, frente ao compromisso das ideologias para com a garantia dos direitos sociais das populações. Neste livro Souza Santos (2020) destaca o papel da cidadania na superação dos conflitos, o potencial da democracia na superação da crise face a circulação de informações e, ao mesmo tempo, o risco das notícias falsas em um contexto que se exige maior solidariedade e cooperação. O estado caótico da sociedade a partir da pandemia suscita uma posição dos intelectuais, em relação ao cotidiano vivido pela grande maioria da população. Esta obra de 36 páginas denuncia que a política, em detrimento do cidadão, tem servido à mediação das necessidades e aspirações dos mercados. Tanto o vírus como o mercado tem causas e ideologias integradas: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Mesmo que invisíveis essas ideologias são inculcados por meio dos processos educativos e de doutrinação, estando assim as alternativas políticas reservadas à cidadania organizada. Oportuna reflexão crítica para a compreensão política da atual pandemia do COVID-19 e para pensar o período pós-pandemia.

Palavras Chaves: Pandemia Covid-19; Políticas sociais; Cidadania; Educação.

Abstract

The global crisis due to the COVID-19 pandemic calls into question the legitimacy of the politician, given the commitment of ideologies to the guarantee of the people's social rights. In this book Souza Santos (2020) highlights the role of citizenship in overcoming conflicts, the potential of democracy in overcoming the crisis in the face of the circulation of information and, at the same time, the risk of false news in a context that requires greater solidarity and cooperation. The chaotic state of society from the pandemic raises a position of intellectuals, in relation to the daily life experienced by the great majority of the population. This 36-page book denounces that politics, to the detriment of the citizen, has served to mediate the needs and aspirations of the markets. Both the virus and the market have integrated causes and ideologies: capitalism, colonialism and patriarchy. Even though these ideologies are invisible, they are inculcated through educational and indoctrination processes, thus the political alternatives reserved for organized citizenship. Timely critical reflection for the political understanding of the current COVID-19 pandemic and for thinking about the post-pandemic period.

Key words: Pandemia Covid-19; Social politics; Citizenship; Education.

A pandemia do COVID-19 espalha em mais de 200 países no mundo acende questões centrais para a preservação e o futuro da humanidade, tais como o papel social dos governos na defesa da vida em suas diversas formas. Considerado um dos maiores pensadores Ibero Americano na atualidade, Boaventura de Sousa Santos, doutor em Sociologia do Direito, coordenador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é autor em diferentes áreas, tais como a sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos. Neste pequeno livreto em formato e-book, o autor apresenta uma sólida reflexão acerca da conjuntura que precede a pandemia do COVID-19, suas implicações geopolíticas para a legitimidade dos governos na atualidade e, por fim, uma possível leitura sobre o mundo na pós-pandemia.

Traz uma provocação inicial a respeito do sentido que assumem as sucessivas crises para a manutenção do sistema capitalista atual. Segundo o autor, elas são um ingrediente à sua sustentação, e assim existem, não para serem resolvidas, mas servem como argumento para diminuição dos investimentos em direitos sociais, tais como a saúde, educação e segurança. É desse modo uma estratégia permanente para “legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica” (SOUZA SANTOS, 2020, p.6). A pandemia COVID-19 espalhada em mais de duzentos países no mundo em 2020, “[...] vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SOUZA SANTOS, 2020, p.6).

Na democracia um elemento que pode contribuir na superação das crises é a livre circulação de informações, desde que os contextos sejam favoráveis a experiências de solidariedade e de cooperação ou seja, “[...] as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação” (SOUZA SANTOS, 2020, p.7). Em contrapartida é também na democracia que as falsas notícias - *fake news* tendem a ser mais frequentes, e assim privilegiar interesses individualistas e a competitividade a todo o custo. O fenômeno das falsas notícias em redes sociais, tem relação direta com o conceito de “mídias hiper-partidárias” ou hiper-partidarismo entendido como um efeito da polarização da esfera pública. (RIBEIRO & ORTELLADO, 2018)

O estado caótico da sociedade a partir da pandemia do COVID-19 coloca em questão o papel tradicional dos intelectuais na análise da realidade social. O texto sustenta que há um esvaziamento e superação de posturas e análises distanciadas da real situação da

sociedade. Vê por outro lado, uma demanda social reservada aos intelectuais, na perspectiva de construírem com análises em relação ao cotidiano vivido pela grande maioria da população, os cidadãos comuns. Denuncia o autor que os intelectuais, na atualidade se afastaram da função de construir uma leitura mediadora entre ideologias e as necessidades e as aspirações dos cidadãos comuns. Apenas “medeiam entre si, entre as suas pequenas - grandes divergências ideológicas. Escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo. São poucos os intelectuais públicos, e também estes não escapam ao abismo destes dias” (SOUZA SANTOS, 2020, p.13).

Alerta este autor para o quanto é importante nessa conjuntura de pandemia, o papel dos intelectuais. Mas não os tradicionais “intelectuais de vanguarda”, para esse tipo, sustenta Souza Santos, o tempo “acabou”. Abre-se espaço para outro tipo de trabalho intelectual, aqueles que se propõem a um posicionamento no campo da reflexão na retaguarda, “devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar. De outro modo, os cidadãos estarão indefesos perante os únicos que sabem falar a sua linguagem e entender as suas inquietações.” (SOUZA SANTOS, 2020, p.13).

Como defendeu Gramsci (2007), os intelectuais devem ter uma função orgânica, no sentido de pensar um projeto de sociedade a partir dos interesses das organizações sociais. A função dos intelectuais é estratégica na luta política, pois podem contribuir para a construir uma “diretriz política” para a sociedade (GRAMSCI, 2007), que significa também um novo modo de produção e organização do Estado, uma realidade possível, que age na dimensão de uma realidade a ser buscada, caracterizada pelo “dever ser”, enfim uma ação política real, a redefinição do modo de produzir na sociedade.

Outra contribuição dessa oportuna da obra de Souza Santos (2020) refere-se à crítica ao exercício da política, que tem dado sinais claros de afastamento de funções que lhe são essenciais, tais como mediar às necessidades dos desiguais. A política “que devia ser a mediadora entre as ideologias e as necessidades e aspirações dos cidadãos, tem vindo a demitir-se dessa função” (SOUZA SANTOS, 2020, p. 10). Em detrimento do cidadão, afirma o autor, o debate sobre a política tem servido à mediação das “necessidades e aspirações dos mercados, esse megacidadão informe e monstruoso que nunca ninguém viu nem tocou ou

cheirou, um cidadão estranho que só têm direitos e nenhum dever” (SOUZA SANTOS, 2020, p.10).

Além do vírus o autor chama atenção da preponderância que vem assumindo os mercados na sociedade, em tempos recentes, invisível e ao mesmo tempo todo-poderoso. O mercado “tal como o vírus, é insidioso e imprevisível nas suas mutações. [...] ao contrário do vírus, é uma bênção para os poderosos e uma maldição para todos os outros (a esmagadora maioria dos humanos e a totalidade da vida não humana)” (SOUZA SANTOS, 2020, p. 11).

Como se refere Arendt (2002), a função da política se baseia no fato da pluralidade dos homens, com o papel de organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Esse enfrentamento exige diminuição dos preconceitos contra a própria política, o que exige lidar sempre e em toda parte com o esclarecimento.

Souza Santos adverte que a pandemia do COVID-19 vai gerar impactos e pode ajudar a sociedade ver com mais nitidez as contradições políticas ideológicas que cercam o mundo, podendo provocar mudanças no futuro da organização do mundo. Tanto o vírus como o mercado tem causas, as mediações entre o humano e o não humano, originados em três diferentes e integradas ideologias: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São invisíveis, são inculcados por meio dos processos educativos e de doutrinação dando-lhes aos poucos a sustentabilidade, nesse sentido, “apesar de serem omnipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles”. (SOUZA SANTOS, 2020, p.12)

Afinal, quem está mais frágil para enfrentar a pandemia? Os indefesos, grupos de cidadãos bem conhecidos nas sociedades capitalistas, com destaques para grupos chamados de ‘Sul’, uma metáfora para o sofrimento humano “ [...] injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual” (SOUZA SANTOS, 2020, p.15).

O autor destaca nove grandes grupos de vulneráveis à quarentena: As mulheres; Os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; Os trabalhadores da rua; Os sem-abrigo ou populações de rua; Os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas; Os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou

populações deslocadas internamente; Os deficientes; Os idosos; e ainda os presos e pessoas com problemas de saúde mental, nomeadamente depressão.

Esses grupos sociais ficarão ainda mais expostos às assimetrias, “ [...] injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele” (SOUZA SANTOS, 2020, p.21).

O sofrimento de grupos sociais subalternos em decorrência da fragilidade das políticas sociais foi analisado recentemente pelo psicanalista Dunker (2017) que associou a sua origem a dificuldades que o indivíduo tem, na atualidade, em criar experiências de compartilhamento de si com o outro. No contexto da sociedade moderna digital, consumista e obcecada pela produtividade, as políticas de sofrimento não são apenas psicológicas, mas também sociais e econômicas e nesse sentido produzem impacto direto na organização do espaço público, na formulação, no desenvolvimento e no sentido de suas políticas. No Brasil, uma fonte de sofrimento é originada na tematização da divisão social em termos de distribuição de renda e de acesso a bens simbólicos como: saúde, justiça e educação.

Na conclusão de sua obra, Souza Santos indica alguns aprendizados desta crise a) O modo de produção atual nos leva a uma crise, considerada uma catástrofe ecológica; b) As pandemias não matam tão indiscriminadamente, discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação; c) Os governos com menos lealdade ao ideário neoliberal são os que demonstram uma atuação mais eficaz no enfrentamento a pandemia. As gestões políticas de ideologias de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam “[...] ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política” (SOUZA SANTOS, 2020, p.26); d) A gestão do Estado, das questões de interesse da comunidade ou sociedade civil “passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do capital social” (SOUZA SANTOS, 2020, p.27).

A pandemia do coronavírus é analisada como resultado. Uma consequência do modo de vida, de produção e de consumo, iniciada na revolução industrial e que vem sendo acelerada com a globalização. Evidencia assim que as pandemias, “tal como as manifestações da crise ecológica, são a punição que sofremos por tal violação. Não se trata

de vingança da Natureza. Trata-se de pura auto-defesa. O planeta tem de se defender para garantir a sua vida” (SOUZA SANTOS, 2020, p.23).

A visão de futuro apontada pelo autor indica a necessidade de, já durante a pandemia, pensar alternativas para o período que virá logo após, experimentando desde já possíveis escolhas e/ou adaptações que a sociedade deverá fazer para alterar os modos de viver na perspectiva da necessária defesa do bem comum, o que implica em mudanças substanciais no “modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI” (SOUZA SANTOS, 2020, p.29).

Pensar alternativas ao futuro é uma tarefa política reservada à “cidadania organizada (partidos políticos, movimentos e organizações sociais, mobilizações espontâneas de cidadãos e cidadãs) resolver pôr fim à separação entre processos políticos e processos civilizatórios” (SOUZA SANTOS, 2020, p. 30). O futuro é desse modo resultado da luta política que a sociedade decidir assumir e enfrentar, como construção histórica, fruto de lutas encadeadas pela resistência à ideologia de sobreposição do mercado aos interesses da sociedade.

Este texto pode ser recomendado a pesquisadores sociais que na atualidade buscam compreender a complexidade com que se apresenta o fenômeno da pandemia do COVID-19, causas históricas que lhes são inerentes e a necessária construção de um referencial para embasar a construção de um projeto de superação, capaz de pensar a sociedade na sua complexidade e no planejamento da vida após a pós-pandemia.

Referências

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3ª ed. Tradução de Reinaldo Guarany. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p. ISBN 85-286-0640-6

DUNKER, Christian. **Reinvenção da Intimidade- Políticas do sofrimento cotidiano.** São Paulo: Ubu Editora, 2017. 320 pp. ISBN: 978-85-92886-46-2

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 3.** 3ª edição. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho - com Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. **O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias.** Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Edições Almedina, Coimbra – PT, 2020. 32 págs.

Sobre o autor

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues

Professor Associado da Universidade de Pernambuco (UPE), Doutor em Educação pela UFPE, Membro do colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação - UPE, Pesquisador em Política Educacional, membro do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Formação de Professores, Política e Gestão Educacional.

E-mail: luiz.rodrigues@upe.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3151-1685>

Recebido em: 26/04/2020

Aceito para publicação em: 09/05/2020